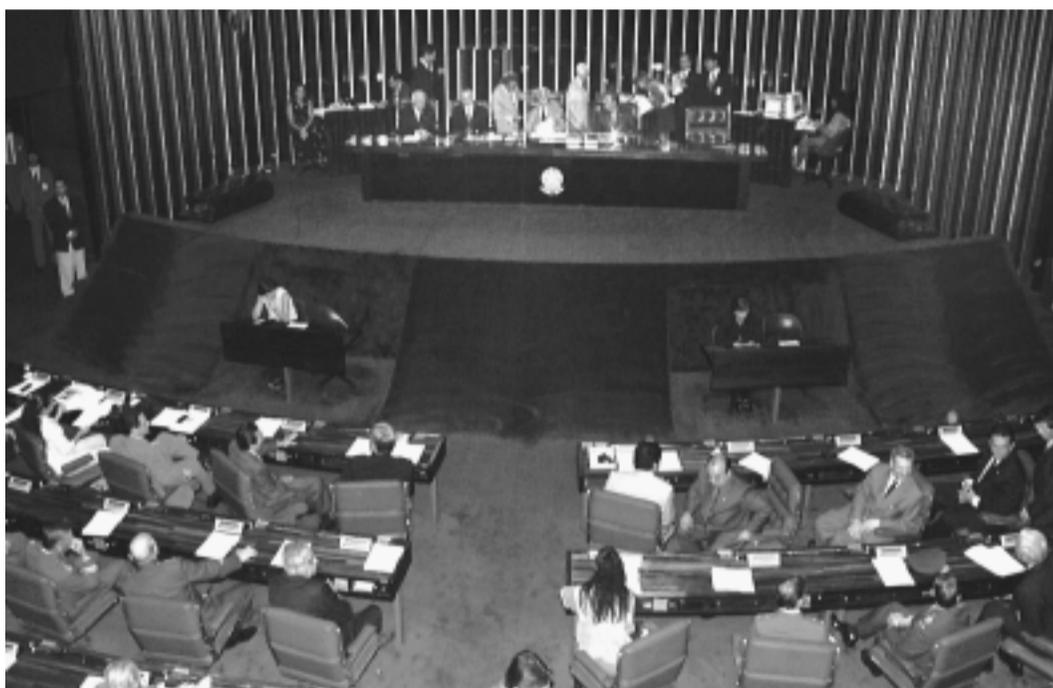


## Senado aprova reserva de vagas em universidade para alunos de escola pública

Autor da proposta, Antero de Barros diz que melhor segundo grau é o da escola privada, cujos alunos ocupam a maioria das vagas nas universidades mantidas pelo governo. Os que não podem pagar ficam excluídos do ensino superior gratuito



Na sessão de promulgação da emenda, Antonio Carlos destacou o caráter democrático das Forças Armadas

### EM SESSÃO SOLENE, CONGRESSO PROMULGA EMENDA SOBRE O MINISTÉRIO DA DEFESA

PÁGINA 2

O Senado aprovou ontem, por unanimidade, projeto de lei que obriga as universidades mantidas pelo governo a reservarem metade de suas vagas para os alunos que tenham cursado integralmente os ensinos fundamental e médio em escolas públicas. A matéria será encaminhada à Câmara dos Deputados. O autor da proposta, senador Antero de Barros, disse que o objetivo é acabar com distorção no acesso ao ensino superior que beneficia os alunos originários das escolas particulares.

PÁGINA 3

### Plenário apreciou 52 matérias em agosto

O plenário do Senado examinou no mês de agosto 52 matérias, das quais 47 foram aprovadas e cinco, rejeitadas. Grande parte das propostas se relaciona às áreas de educação e saúde.

PÁGINA 3

#### CAE

### Receita poderá ter prazo máximo de 60 dias para restituir o IR

Projeto que fixa prazo para a Receita Federal devolver imposto pago a mais pelo contribuinte foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Assuntos Econômicos.

PÁGINA 5

Comissão que estuda medidas contra a pobreza, presidida pelo senador Maguito Vilela (C), ouviu ontem o presidente (E) e um diretor do Ipea

### Ipea defende educação e reforma agrária no combate à pobreza

PÁGINA 4



# Promulgada emenda do Ministério da Defesa

Durante sessão solene do Congresso Nacional, que contou com a presença de oficiais representantes das três Forças, o senador Antonio Carlos Magalhães ressaltou o caráter “democrático e legalista das Forças Armadas”

As Mesas do Senado e da Câmara promulgaram ontem a emenda constitucional nº 23, que adaptou a Carta do país à criação do Ministério da Defesa. A sessão solene do Congresso foi presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães, que, ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, destacou que a iniciativa “vem coroar uma expectativa de três décadas e certamente contribuirá para que as Forças Armadas possam prestar ainda melhores serviços ao país”. Estiveram presentes ao plenário, acompanhando a sessão, o ministro da Defesa, Elcio Alvares, e oficiais representantes do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

Todos os senadores e deputados presentes à sessão foram convidados pelo presidente Antonio Carlos Magalhães a assinar o ato de promulgação. O documento oficial, em cinco vias, será enviado à Presidência da República, ao Supremo Tribunal Federal, ao Arquivo Nacional e às Mesas do Senado e da Câmara. No encerramento da sessão, o senador enfatizou o caráter “democrático e legalista das Forças Armadas brasileiras” e manifestou a convicção de que o Ministério da Defesa representará um avanço nos resultados do trabalho realizado pelos militares.

Após a sessão, o presidente do Senado recebeu em seu gabinete o ministro da Defesa e o grupo de oficiais que representam as Forças Armadas na sessão do Congresso. No encontro, o ministro fez um agradecimento público “ao apoio e liderança do senador Antonio Carlos para a aprovação da emenda do Ministério da Defesa”. O senador elogiou a harmonia do processo que criou a nova pasta, sem deixar de equiparar em termos legais os comandantes das três Forças aos ministros de Estado.



O presidente da Câmara, Michel Temer, acompanhou a sessão ao lado do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, que em seguida recebeu o ministro Elcio Alvares



## ACM evita comentar debate entre ministros

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que não pretende entrar no debate entre ministros do governo sobre o ritmo de retomada do desenvolvimento nacional, mas ressaltou que “cabe ao presidente da República unificar a linguagem de seu governo”. Ele destacou que não vai opinar, “para que não digam que quero derrubar este ou aquele ministro”.

Antonio Carlos lembrou que “o porta-voz do presidente veio a público apoiar o ministro Malan”, mas destacou que não acha impossível “adaptar” o Plano Plurianual (PPA) recém-enviado pelo governo ao Congresso, para um ritmo mais acelerado de crescimento econômico. A “harmonização dessas posições, de qualquer forma, é assunto do governo e não do Congresso”, acrescentou.

O senador salientou que tem suas “próprias idéias sobre as questões sociais e econômicas, que são do conhecimento de todos, inclusive do presidente da República”, e enfatizou sua disposição de não entrar em qualquer polêmica que possa surgir entre ministros do governo Fernando Henrique Cardoso.

## Encaminhados à Câmara três projetos de lei na área de saúde

Cumpridos os cinco dias de prazo para recurso em plenário, seguem para a Câmara dos Deputados três projetos de lei na área de saúde aprovados pelo Senado. O projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) submete o calmante talidomida a normas especiais de controle e fiscalização a serem emitidas pelas autoridades sanitárias.

De acordo com o projeto, as farmácias são proibidas de vender ou fornecer o medicamento, e a sua distribuição fica restrita ao âmbito dos programas oficiais de dermatologia sanitária, vedando-se o seu fornecimento em cartelas ou amostras desacompanhadas de embalagem, rótulo ou bula. Lúcio Alcântara explicou que, na década de 50, a substância era muito utilizada por gestantes na forma de calmante e provocou a deformação de crianças. A

droga acabou sendo banida em quase todo o mundo, mas voltou a ser utilizada nos casos de hanseníase e outras doenças dermatológicas.

Outro projeto que segue para a Câmara, de autoria da senadora Lúzia Toledo (PSDB-ES), garante a concessão do salário-maternidade, pelo prazo de 90 dias, às seguradas da Previdência Social que adotem ou obtenham guarda judicial de criança até um ano de idade. Lúzia entende que é preciso tratar com equidade a mãe natural e a mãe adotante, uma vez que a criança adotada, tanto ou mais do que os filhos naturais, exige e necessita de cuidados especiais no primeiro ano de vida.

— Não se deve visualizar a questão como um mero problema de saúde da gestante — afirmou.

O terceiro projeto é da senadora

Marina Silva (PT-AC) e obriga a inclusão de aviso alertando sobre os malefícios resultantes do uso de equipamentos de som em potência superior a 85 decibéis, especialmente os chamados *walkman* que apresentam potência média de 115 decibéis. A advertência deverá constar nas peças publicitárias, manual do usuário e também no próprio equipamento. Segundo a senadora, pesquisas comprovam que o barulho excessivo prejudica o desenvolvimento cognitivo, o comportamento social e o aprendizado. Marina explicou que na França, por exemplo, está proibida a venda de *walkman* com potência acima de 100 decibéis devido aos danos auditivos permanentes causados aos jovens.



Lúcio Alcântara

## AGENDA

SEXTA-FEIRA, 3 DE SETEMBRO DE 1999

### PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima (licenciado)  
2º Secretário: Carlos Patrocínio (no exercício da 1ª Secretaria)  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúcio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3170  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327  
Editor-Chefe: João Carlos Ferreira da Silva

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, Djalba Lima e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# Universidade reservará vaga para aluno da rede pública

Senado aprova e envia à Câmara projeto de Antero Paes de Barros que assegura 50% dos lugares oferecidos nos vestibulares das instituições federais, estaduais e municipais a quem só estudou em colégios públicos

As universidades públicas poderão destinar, por força de lei, metade das suas vagas para alunos egressos de escolas públicas. Para que entre em vigor, a medida depende apenas de aprovação pela Câmara dos Deputados, já que o Senado aprovou ontem por unanimidade projeto de lei do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) com essa determinação.

Pela proposta, somente os alunos de escolas públicas que tenham chegado ao vestibular passando exclusivamente por escolas públicas poderão ter acesso aos 50% de vagas reservados nas faculdades mantidas pelos governos federal, estadual e municipal:

— De uns tempos para cá, o melhor segundo grau é o da escola privada.

Só estuda lá quem pode pagar. A melhor universidade é a pública. Então, quem pode pagar passa para a universidade que não precisa pagar. E quem não pode pagar, para a universidade que precisa pagar. E não podendo pagar, fica excluído. Há um verdadeiro *apartheid* na educação brasileira. A gente quer eliminar isso — afirmou o autor da proposta.

Na justificativa do projeto, Antero cita pesquisa do Ministério da Educação indicando que 45% dos alunos matriculados nas instituições federais de ensino superior saem das escolas públicas e o restante provém de colégios privados. Porém, continua, cerca de três em cada quatro estudantes que chegam ao fim do segundo grau vieram de escolas públicas:

— De fato, ocorre uma inaceitável distorção no acesso à educação superior pública. Se formos considerar as universidades mais concorridas, a distorção atinge níveis ainda mais alarmantes. Enquanto as medidas adotadas para combater os problemas da educação básica pública não surtem os efeitos desejáveis, é aceitável que se opere uma intervenção no acesso ao ensino superior — afirmou o senador Gerson Camata (PMDB-ES), relator da matéria na Comissão de Educação (CE).

Antero ressalva que a questão do mérito acadêmico será preservada com sua proposta, pois os candidatos ao curso superior egressos de instituições públicas também seriam submetidos ao processo de seleção adotado pela faculdade.

## Antero rebate críticas e acusa as elites

Antero Paes de Barros rebateu as críticas que atribuem um caráter discriminatório e inconstitucional ao seu projeto. Ele recebeu a solidariedade de representantes do seu partido, do PFL e do PT e pediu o apoio das lideranças partidárias no Congresso para que a matéria seja aprovada na Câmara, próxima etapa na apreciação do projeto.

Antero citou os artigos 206 e 208 da Constituição para comprovar a constitucionalidade do projeto. Estes dispositivos asseguram igualdade de condições aos brasileiros para o acesso ao ensino superior. “A verdade é que os filhos dos trabalhadores são excluídos”, assegurou o senador, que também reage aos que acusam o projeto de discriminatório:

— Discriminatórias são as elites brasileiras, que sempre estiveram contra as iniciativas que favorecem o povo e vêm tentando torpedear meu projeto,



Antero: “Elites brasileiras sempre estiveram contra as iniciativas que favorecem o povo”

como tentaram fazer hoje, mais uma vez.

Segundo cálculos do senador, caso a proposta seja aprovada na Câmara e sancionada pelo presidente da República, as chances dos estudantes dos cursos públicos entrarem nas universi-

dades da rede pública, que atualmente são de 1 para 104, serão ampliadas de 1 para 41.

Em apertes, os senadores Tião Viana (PT-AC) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) se solidarizaram com a proposta e solicitaram cópias do projeto para enviar aos seus estados. Já a senadora Heloísa Helena (PT-AL) afirmou que, aqueles que observam a realidade sabem da necessidade de aprovação desse projeto:

— Não é possível que o Congresso Nacional não veja a importância do projeto. O PT fará o máximo para garantir sua aprovação — garantiu.

Antero Paes de Barros ressaltou o apoio da União Brasileira dos Estudantes Secundários (Ubes) e da União Nacional dos Estudantes (UNE) ao projeto. O senador agradeceu também o presidente do Senado, que antecipou a votação da matéria, anteriormente marcada para a quinta-feira da próxima semana.

## Plenário referenda acordo científico e tecnológico entre a Rússia e o Brasil

O plenário do Senado aprovou ontem o teor do Acordo Básico de Cooperação Científica, Técnica e Tecnológica, assinado entre Brasil e Rússia em novembro de 1997. A matéria segue para promulgação pela Mesa do Congresso.

Segundo o ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, “o acordo intenta adequar a cooperação bilateral na área de ciência e tecnologia à nova realidade russa e mundial”. O acordo prevê a participação tanto do setor privado quanto do governamental nas atividades desenvolvidas em conjunto pelos dois países.

Pelo acordo, a cooperação será feita por meio de desenvolvimento de pesquisa, intercâmbio de cientistas e na realização de seminários conjun-

tos. O tratado tem validade de cinco anos, podendo ser prorrogado por períodos iguais.

Os senadores também aprovaram projeto de decreto legislativo que acata uma modificação ao Estatuto da Comissão Latino-Americana de Aviação Civil, ampliando a área de atuação da entidade. Antes restrita à América Latina, a comissão, que passa a se chamar Comissão Panamericana de Aviação Civil, aprovou no ano passado, em Santiago do Chile, a mudança, de modo a abranger todo o continente americano.

— Concretiza-se o interesse dos países integrantes da entidade em transformar o foro, de natureza consultiva, em organismo panamericano — afirmou Lampreia na exposição de moti-

vos que acompanhou a mensagem presidencial.

O Senado aprovou, ainda, projeto de lei que permite que a idade dos oficiais das Forças Armadas nacionais possa ser alterada ou retificada, a qualquer época. Atualmente, não é possível processar esse tipo de mudança nos assentamentos militares consignados há mais de cinco anos.

— A alteração da lei é medida de justiça, pois se a incorreção foi causada por um erro administrativo que prejudica, ou não, o interessado, não há porque não corrigi-la, mesmo que já se tenham decorrido cinco anos — justificou o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), relator do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

### Matérias apreciadas pelo Senado

( de 1º a 31 de agosto de 1999 )

<b>Matérias aprovadas e enviadas à Câmara</b>	<b>11</b>
• Apreciadas em plenário	4
• Apreciação terminativa nas comissões	7
<b>Matérias aprovadas e enviadas à sanção</b>	<b>8</b>
<b>Matérias aprovadas e enviadas à promulgação</b>	<b>27</b>
• Acordos internacionais	14
• Concessões de telecomunicações	8
• Operações de crédito	4
• Homenagem cívica	1
<b>Escolha de autoridades</b>	<b>1</b>
<b>Total de matérias aprovadas</b>	<b>47</b>
<b>PEC rejeitada e enviada ao Arquivo</b>	<b>1</b>
<b>Matérias enviadas ao Arquivo</b>	<b>4</b>
<b>Total de matérias apreciadas</b>	<b>52</b>

Fonte: Secretaria Geral da Mesa do Senado Federal

## Senado examinou 52 matérias em agosto

O plenário do Senado examinou 52 matérias ao longo do mês de agosto, das quais 47 foram aprovadas. Dessas, 8 foram à sanção presidencial, 11 enviadas à Câmara e 27 à promulgação. Os senadores aprovaram na primeira semana de setembro a emenda que ajustou à Constituição a criação do Ministério da Defesa e a transformação dos ministérios da Marinha, Exército e Aeronáutica em comandos.

Também foram aprovados projeto reservando vagas nas universidades públicas para os alunos egressos da rede pública de ensino e proposta disciplinando o processo de retificação da idade dos oficiais das Forças Armadas. Na quarta-feira (dia 1º), o plenário estabeleceu que o ensino da língua espanhola será adotado gradativamente, no prazo de cinco anos, nos currículos plenos do ensino médio, facultada sua inclusão no ensino da 5ª à 8ª séries do nível fundamental.

Entre as matérias aprovadas em agosto, está a que determina que a União deverá destinar recursos orçamentários para financiar um subsistema de atenção à saúde das populações indígenas, integrado ao Sistema Único de Saúde.

A Casa decidiu acrescentar à Lei de Diretrizes e Bases da Educação dispositivos para disciplinar os estágios dos estudantes. Também foi aprovada resolução autorizando o governo brasileiro a contratar operação de crédito externo de US\$ 15 milhões, junto ao Banco Mundial, para aplicar no controle de incêndios na Amazônia. Foi votada ainda norma mudando o Código Eleitoral para proibir coligações partidárias nas eleições proporcionais. Foram aprovadas ainda normas ins-

tituindo uma Política Nacional de Educação em Direitos Humanos para o ensino fundamental e médio do país; obrigando a divulgação dos índices de evasão escolar; e aprovando um acordo de cooperação com a Colômbia para combater o narcotráfico.

Nesta semana, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou norma que impede o acesso à propaganda no rádio e na televisão aos partidos que não alcançarem, no mínimo, 5% dos votos e, em pelo menos um terço dos estados, 2% do apoio eleitoral. Foi ainda aprovada na CCJ proposta de emenda constitucional para dar mais poderes às comissões parlamentares de inquérito, entre eles, o de quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico dos investigados, assim como a busca e apreensão de documentos. De autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi aprovado projeto disciplinando a reutilização de livros didáticos no ensino fundamental e médio.

A CE aprovou ainda normas fixando o estudo dos direitos humanos como disciplina obrigatória na formação policial; e determinando a divulgação, pelos meios de comunicação e de transportes, de fotografias de crianças desaparecidas ou seqüestradas.

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) determinando que a restituição do Imposto de Renda retido na fonte deverá ser feita em até 60 dias após a entrega da respectiva declaração. Votou favoravelmente também à iniciativa de Luiz Estevão (PMDB-DF), transferindo a gestão dos recursos do Fundo Constitucional do Centro-Oeste para o Banco de Brasília (BRB).

# Técnicos do Ipea dizem que educação é a melhor forma de erradicar a pobreza

Segundo os especialistas, embora tenha uma renda *per capita* superior à da grande maioria das nações, o Brasil é o país que apresenta as maiores desigualdades do mundo

A garantia de cinco anos de escolaridade a toda a população brasileira resultaria numa redução de 6% da pobreza existente. Dez anos de escolaridade significariam, a longo prazo, uma redução de 13%, percentual equivalente ao resultado de 15 anos de crescimento do PIB brasileiro à razão de 4,5% ao ano. A afirmação foi feita pelo diretor de Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Ricardo Paes de Barros, durante audiência pública promovida ontem pela comissão mista que estuda medidas para erradicar a pobreza. Também participou da audiência o presidente do Ipea, Roberto Borges Martins.

Para os dois técnicos, o crescimento econômico, assim como as políticas de intervenção no salário mínimo e de redução do desemprego são insuficientes para erradicar a indigência e a pobreza, que atingem cerca de 64 milhões de pessoas no país. As carências educacionais seriam responsáveis por 40% da desigualdade de renda de que o Brasil é campeão mundial, conforme simulações estatísticas que eles apresentaram.

Outra política estrutural de alto impacto reductivo sobre a pobreza seria a reforma agrária, que Paes de Barros considerou como "absolutamente fundamental, não pela redistribuição de renda, mas puramente por questão de eficiência". Se há uma "verdade universal", na sua opinião, é a de que quanto maior a propriedade tanto menor a produtividade por hectare.

Sem crescer e utilizando os recursos já disponíveis, a erradicação da pobreza "está totalmente ao alcance da sociedade brasileira hoje", assegurou Ricardo Paes de Barros. O país não é pobre, insistiu Roberto Martins, observando que o Brasil tem uma renda *per capita* superior à de 80% da população mundial. No entanto, conforme frisou, também é o que tem maior e mais persistente desigualdade: a renda média dos 10% mais ricos é 27 vezes superior à renda média dos 40% mais pobres.

Os sucessivos governos brasileiros, autoritários ou não, que conseguiram as mais altas taxas de crescimento demonstrariam, segundo eles, que o problema da pobreza, que persistiu em todos eles, está na desigualdade da distribuição da renda. As políticas de salário mínimo e de salário-desemprego teriam impacto quase nulo na redução da pobreza porque incidem exclusivamente sobre o mercado de trabalho formal.

A indigência, segundo esclareceram os técnicos, é estabelecida pela renda capaz de suprir as necessidades alimentares básicas. Já a linha de pobreza engloba outras necessidades e é mais polêmica, pelos variados critérios levados em conta na sua definição.



Conforme Martins e Paes de Barros, as carências educacionais respondem por 40% das desigualdades no país

## Problema tem solução, ressalta relator

No balanço que fez sobre a exposição dos técnicos do Ipea, o relator da Comissão da Pobreza, deputado Roberto Brant (PFL-MG), considerou que a precisão técnica com que eles forneceram uma "massa impressionante de informações" à comissão permite concluir que o tamanho do problema é manejável, mesmo considerando o fato negativo de "os sucessivos governos terem ficado de olhos fechados para ele". Ele lamentou o descaso de alguns jornalistas em relação aos trabalhos da comissão, que, afirmou, apresentará um relatório final que irá gerar importante debate na sociedade brasileira.

Ao elogiar a apresentação dos técnicos, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) sugeriu que o Ipea aplicasse a mesma precisão na avaliação de programas de incentivos fiscais e créditos, do programa de privatização e da evolução dos juros reais pagos pelo governo.



Os membros da comissão elogiaram as exposições dos técnicos

O senador Paulo Souto (PFL-BA) salientou o quanto lhe pareceu incomum e satisfatório que os técnicos tenham mostrado que o problema da pobreza é de grande magnitude, mas tem solução.

A senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), reconhecendo que o Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar (FNDE) aplica grande volume de recursos na

capacitação de professores e transporte escolar, afirmou que a escola ainda é inacessível a milhares de crianças, enquanto a senadora Marina Silva (PT-AC) disse que, desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o governo tirou o foco dos programas de pré-escola e creches, concentrando-se no ensino fundamental e médio.

## CI aprova projeto que regula serviço 0900

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aprovou ontem, por unanimidade, projeto que dispõe sobre o uso do serviço 0900 nos terminais de telefonia fixa, que só poderá ser utilizado com autorização do assinante. O projeto, de autoria de Tião Viana (PT-AC), foi aprovado em caráter terminativo na comissão e seguirá direto para a Câmara dos Deputados, se não houver recurso ao plenário.

O projeto proíbe as concessionárias do Serviço Telefônico Comutado de tornar disponível o serviço 0900 nos terminais telefônicos sem a expressa autorização, por escrito, do assinante.

— O projeto atende aos interesses dos assinantes, assustados com o fantasma da cobrança abusiva dos serviços 0900 — disse Tião Viana.

O relator da matéria foi Roberto Saturnino (PSB-RJ), que deu parecer favorável, afirmando que o uso não autorizado desse serviço telefônico por visitantes, parentes, filhos e mesmo empregados da casa virou "um tormento" para grandes contingentes da população.

Na mesma reunião da comissão, os senadores aprovaram parecer de Ger-



Senadores querem que serviço só possa ser usado com autorização do assinante

son Camata (PMDB-ES) contrário ao projeto de lei de Carlos Patrocínio (PFL-TO) que torna obrigatório o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e ga-

sos. Camata informou que o autor do projeto vai reapresentar a matéria com dados mais precisos sobre os custos finais para o consumidor, caso venha a existir essa exigência.

## Porto de Barra do Riacho, no ES, é incluído no Plano de Viação

O Porto de Barra do Riacho, no Espírito Santo, será incluído na relação descritiva dos portos marítimos, fluviais e lacustres do Plano Nacional de Viação, segundo projeto aprovado por unanimidade, em caráter terminativo, pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. O projeto, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), seguirá direto para a Câmara dos Deputados, caso não haja recurso para exame da matéria pelo plenário do Senado.

O relator, Paulo Hartung (PSDB-ES), que deu parecer favorável à matéria, argumentou que o terminal portuário, localizado no distrito de Barra do Riacho, no município de Aracruz (ES), é o maior porto do Brasil especializado no manuseio e embarque de celulose e não tem recebido investimentos do governo federal para a construção de instalações portuárias adequadas, ao contrário do que ocorre com outros portos, como Sepetiba (RJ), Suape (PE) e Pecém (CE).

## CPI do Judiciário não ouvirá novas testemunhas

O relator da CPI que está apurando denúncias de irregularidades no âmbito do Poder Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), descartou ontem a necessidade de a comissão ouvir novos depoimentos sobre os oito casos que estão sendo investigados. Ele disse que, apesar de achar que sempre se pode investigar um pouco mais, a essa altura dos trabalhos não há mais o que se fazer nesse sentido.

Souto informou que a CPI está em fase avançada de preparação dos relatórios referentes aos casos investigados, ao mesmo tempo em que continua analisando alguns dados que continuam a chegar. Ele lembrou que várias informações foram solicitadas na fase final dos trabalhos e agora é que estão sendo estudadas. O senador adiantou que fará o possível para manter o prazo de 5 de outubro para a entrega do relatório final.

Para Paulo Souto, a CPI está cumprindo os seus objetivos. Ele comentou que, durante os trabalhos, vários órgãos tomaram providências em função de informações reveladas pela comissão. Afirmou ainda que tem convicção de que as irregularidades que ficarem demonstradas no relatório final serão encaminhadas ao Ministério Público e a Justiça adotará medidas duras a respeito delas. "A revelação de fatos importantes nessa comissão também determinou que a reforma do Judiciário fosse apressada", acrescentou.

Os casos investigados pela CPI do Judiciário são: irregularidades e superfaturamento na licitação e construção da sede das juntas de conciliação e julgamento do TRT-SP, prática de nepotismo, irregularidades na aquisição de imóveis, apropriação indébita de recursos públicos e compras sem licitação feitas no TRT-PB, e a decisão judicial que determinou o pagamento pelo Banco da Amazônia de indenização milionária.

Também estão na pauta de investigação da CPI a existência de um esquema de venda de alvarás de soltura pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, as contratações sem licitação, desparecimento de processos administrativos e superfaturamento de obras no TRT do Rio de Janeiro, um possível esquema no âmbito da Vara da Infância de Jundiá (SP) para possibilitar adoções irregulares de crianças, o caso da herança dilapidada no decorrer do processo de inventário em Brasília e a fraude na falência da construtora Encol.



Na opinião de Paulo Souto, a CPI do Judiciário "está cumprindo seus objetivos"

# CAE aprova prazo de 60 dias para restituição do IR

Conforme o projeto, que deve agora ser apreciado pela Câmara, o contribuinte receberá correção monetária e juros de mora mensais de 1% caso não receba o imposto no máximo em dois meses após a entrega da declaração

A Receita Federal poderá ter prazo máximo de 60 dias para restituir o Imposto de Renda (IR) recolhido a mais, contados a partir da data de entrega da declaração. O prazo é estipulado em projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em caráter terminativo. A não ser que haja requerimento, assinado por pelo menos nove senadores, para exame da matéria em plenário, a matéria segue direto para a apreciação na Câmara dos Deputados.

O projeto, de Pedro Simon (PMDB-RS), foi aprovado em turno suplementar, necessário para que pudessem ser apresentadas emendas à matéria, aprovada anteriormente pela CAE. Como não houve emendas, o projeto foi aprovado sem necessidade de nova votação.

O relator, José Eduardo Dutra (PT-SE), argumentou que o Estado não pode alegar dificuldades burocráticas ou operacionais para retardar a devolução do imposto recolhido a mais. "Deve, sim, aparelhar-se e dispor das condições necessárias para abreviar o prazo de acerto financeiro com o contribuinte, assim como ela própria exige que o contribuinte faça o possível e o impossível para cumprir os prazos fixados para apuração e pagamento de tributos", defendeu Dutra.

Pelo texto aprovado, a restituição deverá ser acrescida de juros calculados no mesmo índice utilizado para a atualização dos créditos da União. Caso a Receita não cumpra o prazo estabelecido, serão acrescidos juros de mora de 1% ao mês ou fração, além da correção anterior.



Na reunião de ontem, a CAE também aprovou o Estatuto da Microempresa e os empréstimos que compensarão as perdas com o Fundef

## Estatuto cria vantagens fiscais e de crédito para pequenas empresas

A CAE também aprovou por unanimidade o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do senador José Sarney (PMDB-AP) que institui o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. A comissão acolheu as alterações feitas pela Câmara nos limites de faturamento para enquadramento da microempresa, que passou de R\$ 24 mil para 244 mil, e para a pequena empresa, que salta de R\$ 576 mil para R\$ 1,2 milhão. A proposição será agora votada em plenário em regime de urgência.

Elogiando o trabalho do relator na Câmara, Custódio Mattos (PMDB-MG), o relator da matéria na CAE, Bello Parga (PFL-MA), parabenizou-o por ter aprimorado a "feliz iniciativa" de Sarney.

Além de alterar os valores para enquadramento das empresas, a Câmara simplificou os procedimentos burocráticos para registro das empresas, assim como as exigências para se enquadrarem no regime simplificado de declaração de tributos denominado "Simples". O texto também inova ao obrigar o Executivo a criar mecanismos fiscais e financeiros para

estimular a oferta de linhas de crédito específicas para a pequena e a microempresa.

Foram ainda flexibilizadas as condições para formação de cooperativas de crédito para essas empresas, que também poderão ingressar com ações nos juizados especiais, hoje restritos a pessoas físicas. Os custos de protestos de títulos para tais empresas foram reduzidos e tiveram seus procedimentos simplificados. Por fim, o projeto determina que as instituições públicas de crédito articulem programas de financiamento com mecanismos de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica.

O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), afirmou que o presidente da República estava empenhado na aprovação da matéria, "fundamental para o país". José Alencar (PMDB-MG) disse que o projeto contribui para desfazer o "cipoal burocrático" que dificulta a vida dos empreendedores. Segundo Bello Parga, há quatro milhões de pequenas e microempresas no país, responsáveis por 60% da oferta de emprego.

## Banco de Brasília poderá gerir recursos do Fundo do Centro-Oeste

Os recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) podem vir a ser gerenciados no Distrito Federal (DF) exclusivamente pelo Banco de Brasília (BRB). É o que prevê projeto de lei aprovado, por unanimidade, ontem pela CAE, em caráter terminativo.

Atualmente, esses recursos são administrados exclusivamente pelo Banco do

Brasil. O relator da matéria na CAE, José Fogaça (PMDB-RS), argumentou que a atuação do BRB pode reverter o baixo crescimento das aplicações dos recursos do FCO no DF, da ordem de 1,5%. A proposta inicial, formulada pelo senador Luiz Estevão (PMDB-DF), previa a co-gestão entre BRB e Banco do Brasil na administração do fundo.

## Subcomissão irá estudar o mercado de trabalho informal

A CAE decidiu criar uma subcomissão para estudar o crescimento do mercado de trabalho informal e as conseqüências do fenômeno para a sociedade. O requerimento para a criação da comissão foi apresentado pelo senador Roberto Saturnino (PSB-RJ).

## Autorizados empréstimos para 24 estados

Empréstimos para 24 estados, cujo total pode chegar a R\$ 579,41 milhões, obtiveram parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado. O dinheiro destina-se a compensar perdas decorrentes da implantação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), criado em 1996. O projeto de resolução, de autoria do senador Edison Lobão (PFL-MA), foi relatado pelo senador José Fogaça (PMDB-RS). O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) apresentou voto em separado contrário ao projeto. A matéria deverá ser votada em plenário em regime de urgência.

O estado que mais se beneficia com a medida é o Rio de Janeiro, cujo empréstimo do governo federal poderá chegar a R\$ 160,5 milhões (*ver quadro*). Em segundo lugar vem o Ceará, com R\$ 56,5 milhões, e depois a Bahia, com R\$ 48,5 milhões. Conforme explicação do presidente da CAE, Ney Suassuna (PMDB-PB), o governo federal propôs e aprovou o aumento dos gastos com a educação, estabelecido através do Fundef. Com a implantação das novas metas, entretan-

to, a maior parte dos estados passou a gastar nas escolas mais do que os recursos a eles destinados pelo fundo.

O governo comprometeu-se a financiar parte dos gastos. Ano passado, foram 80%, montante reduzido para 60% no projeto aprovado pela CAE, explicou Suassuna. Segundo ele, nos próximos três anos, o financiamento será gradativamente reduzido até que os estados assumam inteiramente os novos gastos.

Para o relator, o projeto é "instrumento fundamental para que se consiga implementar programa de melhoria generalizada das condições de educação" no Brasil. O líder do governo no Senado, José Roberto Arruda (PSDB-DF), destacou o tratamento igualitário que o projeto dispensa aos estados e lembrou que o Fundef eleva os salários dos professores primários nas regiões mais pobres do país. José Jorge (PFL-PE) pediu aos senadores que apoiem, futuramente, a ampliação do valor pago pelo Fundef a cada aluno por ano, que, conforme afirmou, hoje é de R\$ 315,00.

O autor do projeto lembrou que a CAE, no final do ano passado, dispensou as operações de crédito para financiamen-

to das perdas decorrentes do Fundef de cumprirem as exigências estabelecidas pela Resolução 78 do Senado Federal, aprovada em julho de 1998.

Carlos Bezerra, único voto contrário, considerou "um absurdo" a CAE aprovar a contratação do empréstimo. Para ele, trata-se de "um 'cheque em branco' para o endividamento irresponsável da Federação". Ele criticou o fato de incidirem sobre os empréstimos juros de mercado.

Questionando os juros altos, Roberto Saturnino (PSB-RJ) sugeriu que a votação fosse adiada para depois da audiência, na CAE, do governador Anthony Garotinho, do Rio de Janeiro, principal beneficiado com a resolução. Ao rejeitar a sugestão, Fogaça argumentou que, antes mesmo da posse, Garotinho o procurou pedindo a aprovação do projeto, o que foi feito por vários outros governadores, inclusive da oposição. Quando ainda cogitava votar contrariamente, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) comparou essa posição dos governadores à de um afogado, que segura a corda que lhe é atirada sem se preocupar com quem a atirou.

### VALORES MÁXIMOS DOS EMPRÉSTIMOS PARA FINANCIAMENTO DOS GASTOS COM O FUNDEF

Estado	Valores em R\$	Estado	Valores em R\$
Acre	5.508.480	Paraíba	17.693.320
Alagoas	28.556.720	Pernambuco	42.539.760
Amazonas	13.566.720	Piauí	16.763.960
Amapá	1.845.160	Paraná	32.036.676
Bahia	48.521.600	Rio Grande do Norte	14.112.880
Ceará	56.504.840	Rio de Janeiro	160.514.920
Espírito Santo	14.572.480	Rondônia	5.318.960
Maranhão	21.408.800	Roraima	2.129.400
Mato Grosso do Sul	5.895.204	Rio Grande do Sul	28.784.960
Mato Grosso	7.877.880	Santa Catarina	5.250.360
Minas Gerais	14.830.960	Sergipe	12.996.200
Pará	17.482.080	Tocantins	4.705.200
<b>Total Geral</b>			<b>579.417.520</b>

# Álvaro propõe revogação de decreto que prejudica mutuário

Norma que não dá direito de defesa a quem deve ao SFH é considerada pelo senador como “um entulho autoritário que precisa ser extinto”

Em discurso no plenário, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu a revogação do Decreto-Lei nº 70, de 1966, que permite o leilão do imóvel do mutuário que estiver inadimplente. Segundo o senador, o decreto não dá direito de defesa ao mutuário, e é um “entulho autoritário que precisa ser extinto”.

Para revogar o decreto, Álvaro Dias apresentou projeto de lei e pediu apoio dos senadores para sua aprovação. Ele disse que, anteriormente, solicitou estudo à assessoria do Senado sobre a constitucionalidade do decreto e que este foi considerado constitucional, porque foi

feito antes da Carta de 1988.

A atual legislação sobre o assunto, acrescentou, é injusta com o trabalhador, por instituir reajustes extravagantes das prestações do imóvel, além de adotar “fórmulas mirabolantes” de cálculo do saldo devedor.

— Isso tudo atinge muitos brasileiros e o governo não tem sido competente na busca de soluções para esses problemas. Devemos encontrar uma forma que permita a negociação para resolver esse impasse entre o mutuário e o agente financeiro. E isso só será possível com a revogação do decreto, que não faz mais sentido no Estado de direito democrático — afirmou.



Álvaro Dias defende uma solução para o impasse entre mutuários e os agentes financeiros



Hugo Napoleão, líder do PFL, leu nota em que o partido recomenda apoio à reforma política

## PFL recomenda aprovação da reforma política

A executiva do PFL reuniu-se ontem e decidiu recomendar às suas bancadas na Câmara e no Senado a aprovação dos projetos de reforma política. Entre os itens da reforma que devem receber especial atenção do partido estão o fim das coligações para as eleições proporcionais, a implementação da cláusula de desempenho e a exigência de tempo mínimo de filiação para quem for se candidatar.

O líder do PFL no Senado, Hugo Napoleão (PFL-PI), leu a nota do partido, assinada pelo presidente do partido, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), na sessão plenária de ontem. Os projetos da reforma política estão em tramitação na Câmara e no Senado.

A executiva do PFL também decidiu recomendar às bancadas a aprovação dos requerimentos de urgência sobre as matérias referentes à reforma política, já aprovadas pelos seus órgãos de direção.

## Tião Viana sugere exames obrigatórios para gestantes

O senador Tião Viana (PT-AC) comunicou ontem que está apresentando projeto de lei tornando obrigatória a realização de exame de detecção dos vírus da imunodeficiência humana (HIV), da hepatite e dos agentes da sífilis e da toxoplasmose em gestantes. O senador se baseia nos artigos 196, 197 e 200 da Constituição federal e na Lei Orgânica da Saúde, que asseguram a assistência pré-natal à gestante, “devendo o Sistema Único de Saúde oferecer as condições adequadas para sua realização integral”.

De acordo com a proposta, os exames complementares essenciais serão obrigatoriamente solicitados pelo médico e, constatada a inexistência da assistência pré-natal, os gestores municipais, estaduais e federais do SUS estarão sujeitos a penalidades previstas em lei, por cometimento de crime de responsabilidade. O projeto prevê também que, “na presença de doença materna transmissível ao lactente pelo aleitamento, o poder público fornecerá o leite e os demais nutrientes necessários à criança até que esta complete dois anos de idade”.

Tião Viana destacou que, no caso da hepatite B, dos 350 milhões de infectados crônicos em todo o mundo, 15% a 25% desenvolverão cirrose ou câncer de fígado, indo se somar aos dois milhões de mortes anuais. Segundo Tião Viana, apesar da falta de dados estatísticos, estima-se que de 8% a 19% da população da Amazônia brasileira sejam portadores crônicos do



Viana quer obrigatoriedade de exames para detecção de Aids, sífilis, hepatite e toxoplasmose

vírus da hepatite B.

Em relação à Aids, o senador diz que a transmissão da gestante para seu filho é a principal via de infecção pelo HIV na população infantil. Tião Viana afirmou que também é ampla a contaminação por sífilis e toxoplasmose. “Só na cidade de Belo Horizonte, a cada oito horas, nasce uma criança com etinocoroedite, uma lesão capaz de levar à cegueira, devido à toxoplasmose”, informou.

O senador explicou que havia apresentado uma primeira proposta que estabelecia a obrigatoriedade dos exames relacionados somente à Aids, e que, em função de discussões na Câmara e com o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), retirou o projeto, apresentando outro envolvendo mais três situações de saúde pública. O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), na presidência da sessão, se solidarizou com a proposta de Tião Viana.

## Mauro apóia em plenário a candidatura de Simon

O anúncio da candidatura do senador Pedro Simon (PMDB-RS) à Presidência da República em 2002 foi comemorado ontem, em plenário, pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO). “Afim, aí está um fato novo que pode balançar a estrutura do nosso partido, de norte a sul do país, reanimando as nossas bases e mostrando que estamos dispostos a ocupar espaços próprios na direção do futuro”, afirmou o senador.

— Sensível, presente, participante, exigente, patriota, ele tem acompanhado a perplexidade da vida do partido, nos últimos anos, desde que perdemos a liderança carismática de Ulysses Guimarães — disse o senador, ao se referir a Pedro Simon.

Simon é, na opinião de Mauro Mi-

randia, um clássico exemplo do trabalhismo autêntico e discípulo da velha escola gaúcha que deu Alberto Pasqualini, Getúlio Vargas e João Goulart. Por isso, acredita o senador, ele saberá empunhar a bandeira do pleno emprego, no momento em que o país debate a crise do desemprego.

Mauro ressaltou que o PMDB, além de Simon, tem outros grandes nomes e lembrou Iris Rezende, Jader Barbalho, Paes de Andrade e Itamar Franco.



Mauro diz que Pedro Simon é oriundo do trabalhismo autêntico

## Senador gaúcho prega desenvolvimento, mas não à custa do aumento de preços

O senador Pedro Simon (RS), lançado no último fim de semana pela convenção do PMDB do Rio Grande do Sul como pré-candidato à Presidência da República nas eleições de 2002, afirmou ontem, em entrevista à imprensa, que pretende viajar pelo Brasil para discutir suas teses e até mesmo preparar um dossiê a ser entregue ao candidato oficial que o PMDB nacional escolher.

— Acho que se tem de buscar o desenvolvimento, mas não à custa de aumento dos preços. O problema é que o preço do controle da inflação está saindo muito caro para uma parte da nossa sociedade, e os índices de desemprego e a crise da agricultura mostram isso — disse.

Simon sustentou que considera necessário o Congresso votar a reforma tributária. Lamentou que o governo Fernando Henrique Cardoso, “que fez do controle do déficit público uma bandeira”, acabou provocando “uma triplicação” do total da dívida públi-

ca interna.

Interrogado se o lançamento de um pré-candidato pelo PMDB significaria alguma ruptura na base de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso no Congresso, Pedro Simon disse que o partido continuará apoiando o governo, “mas com as críticas que achar necessárias”. O senador considera que, neste momento, os brasileiros e os partidos políticos “devem lutar” para o sucesso do segundo governo de Fernando Henrique e que “ele cumpra o que está prometido” no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) lançado nesta semana.

— O PMDB não vai abrir guerra ao governo de Fernando Henrique — afirmou.



Pedro Simon defende votação da reforma tributária

## Eduardo condena projeto que reduz bancadas de estados menores

A proposta de mudança no critério que fixa o número de deputados federais irá concentrar mais poderes em estados que já são fortes, afirmou o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO). Para ele, um critério baseado apenas na quantidade de eleitores reduzirá violentamente o número de representantes de alguns estados das regiões Norte e Nordeste, mas pouco afetará os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas e Paraná. Por isso, ele condena o projeto de mudança.

— Um corte linear de dez deputados de São Paulo significará uma redução de apenas 14,3%. Mas cortar dez deputados na bancada da Paraíba representaria uma redução de 83,3%. Para Goiás e Pará, o corte seria de 58,8% — exemplificou Eduardo Siqueira Campos.

Numa federação com grandes desigualdades regionais, o critério de representação federal não pode se basear apenas “em demografia”, sustentou. O critério também deve levar em conta as circunstâncias em que vivem as pessoas nos diversos estados, seus recursos naturais, a cultura, as aspirações de seu povo, continuou o senador do Tocantins.

O projeto para diminuir o número de deputados federais foi apresentado pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR). Ele pretende reduzir os atuais 513 deputados para 405. Estados com baixa população, que atualmente têm no mínimo oito deputados federais, só teriam quatro, de acordo com o projeto.



Eduardo prevê concentração de poderes

## Mozarildo quer eleição de novo reitor em Roraima

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) afirmou ontem que o prolongamento da intervenção decretada pelo Ministério da Educação (MEC) na Universidade Federal de Roraima já foi "além do admissível". Entendendo tratar-se de uma medida extrema, o senador acredita que a intervenção foi válida por ter sido decretada a partir de indícios



Mozarildo: interventor do MEC só tem cuidado da burocracia

de irregularidades administrativas, mas já é tempo de iniciar o processo de eleição para os novos reitor e vice-reitor.

Segundo Mozarildo, o reitor indicado pelo MEC como interventor para a Universidade Federal de Roraima tem feito uma administração burocrática, preocupando-se com pormenores e deixando

de lado uma visão mais abrangente da instituição. "Com isso, a universidade está retrocedendo ao invés de avançar. Praticamente não existe nenhum campus universitário funcionando em Roraima", afirmou.

O senador lamentou o fechamento da Escola Técnica de Agronomia, também sediada em Roraima, e sugeriu que o MEC promova convênios para que a Universidade de Roraima possa receber professores de outros estados, ainda que por períodos determinados. Mozarildo calcula que essa medida possa diminuir o movimento migratório para outros estados de jovens roraimenses que querem estudar.

## Senado participa da II Feira do Livro de Recife

O Senado Federal participa da II Feira Internacional do Livro de Pernambuco, que se realiza em Recife de amanhã até 12 de setembro. Além de oferecer diversos lançamentos e os mais de 80 títulos incluídos no "Catálogo de Publicações" do Senado, o estande terá sessões de autógrafos dos três senadores pernambucanos — Carlos Wilson (sem partido), Roberto Freire (PPS) e José Jorge (PFL).

O "Catálogo de Publicações" inclui clássicos como *Minha Formação*, de Joaquim Nabuco, político e pensador pernambucano cujo 150º aniversário de nascimento se comemora este ano. A seu lado estarão obras de interesse jurídico e político, como a Constituição atualizada, o CD-ROM "Legislação Brasileira" e diversos outros textos legais. Todas as obras são

vendidas a preço de custo.

Especialmente para a feira, foi atualizado o livro com as biografias dos senadores de Pernambuco desde o Império, que será doado aos interessados. Também no estande o público poderá receber o *Jornal do Senado*, assistir à transmissão ao vivo, pela TV Senado, das sessões plenárias e reuniões de comissões; ouvir a Rádio Senado; e visitar a página do Senado na Internet.

O estande sediará ainda três eventos com a participação dos senadores por Pernambuco. Amanhã, às 19h, o senador Roberto Freire estará lançando seu livro *Anistia*. Na terça-feira, às 17h, o senador José Jorge autografará separatas de seus discursos. E na sexta-feira, às 19h, é a vez de o senador Carlos Wilson fazer o mes-

## Suplicy pede apoio ao povo do Timor Leste

Senador está preocupado com violência das milícias pró-Indonésia, que ameaçam desrespeitar resultado da consulta popular

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou-se preocupado com a possibilidade de desrespeito ao resultado da consulta popular no Timor Leste por grupos que não querem a independência do país. Segundo ele, milícias pró-Indonésia contrárias à independência estão promovendo violentos distúrbios nas ruas da capital, Dili, ocasionando a morte de separatistas, "sob o olhar complacente da polícia indonésia." Conforme informou, pelo menos cinco pessoas morreram na quarta-feira em mais um surto de vio-

Suplicy: laços de fraternidade unem o Brasil ao Timor



lência provocado por milícias antiindependência:

— É importante que o governo brasileiro e o Congresso Nacional dêem apoio ao povo timorense devido aos laços de fraternidade que unem o Timor Leste ao Brasil — salientou Eduardo Suplicy, ao informar que o resultado do plebiscito será conhecido na segunda-feira.

## Cândido acha que Brasil pode evitar ação militar na Colômbia

Ao manifestar preocupação com a guerra civil na Colômbia, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) afirmou ontem que o Brasil pode ser o elemento chave para impedir uma intervenção militar dos Estados Unidos naquele país. "O próximo encontro dos presidentes Fernando Henrique Cardoso e Hugo Chávez, da Venezuela, pode ser um marco na



Para Cândido, EUA querem ser "guardiões da Amazônia"

construção de uma paz negociada entre governo e guerrilha", afirmou.

Na opinião de Cândido, o povo colombiano precisa de paz, justiça e soberania para construir uma nação frater-

na. "Sob o pretexto de combater o narcotráfico, os Estados Unidos se preparam para intervir na Colômbia. Caso conquistem a adesão de outros países da região para uma aventura militar, eles estarão, na prática, assumindo o papel de 'guardião da Amazônia', conseguindo seu verdadeiro objetivo, que é controlar a maior biodiversidade do planeta", afirmou o senador.

Geraldo Cândido alertou para a possibilidade de se ter um novo Kosovo, dessa vez na América do Sul. "Certamente o Brasil não deve nem quer se envolver

num conflito na Colômbia. Mas a diplomacia brasileira reúne condições para articular uma conferência de paz, em Caracas ou Brasília, e fortalecer o 'Grupo dos Amigos da Colômbia', que já inclui países da América do Sul e Central."

Em apêndice, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) e Hugo Napoleão (PFL-PI) também manifestaram preocupação com a possibilidade de intervenção norte-americana na Colômbia. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) lembrou que o Brasil tem mais de 1.600 quilômetros de fronteira com a Colômbia. "A intervenção norte-americana nos preocupa porque pode ter implicações na soberania da região. Devemos agir agora para não termos que lutar amanhã para recuperá-la", disse.

## Para José Jorge, dom Hélder Câmara foi o "profeta brasileiro"

A vida e a obra do arcebispo emérito de Olinda e Recife, dom Hélder Câmara, falecido aos 90 anos na semana passada, foram lembradas ontem em plenário pelo senador José Jorge (PFL-PE). Registrando a celebração da missa de sétimo dia pela alma de dom Hélder, na Igreja da Sé de Olinda, José Jorge fez um breve histórico da trajetória do religioso, marcada pela ajuda aos pobres e pelo combate à opressão:

— Dom Hélder dedicou 35 anos, prioritariamente, por missão religiosa, ao povo da minha terra. Pernambuco se sente privilegiado de ter dom Hélder entre seus cidadãos — disse o senador.

José Jorge observou que não se pode contar a história da Igreja Católica sem falar no "profeta brasileiro, questionador, polêmico, corajoso, previdente, pacificador". Para o senador, "se a Igreja brasileira é reconhecida como progressista e moderna, sem abrir mão do pa-

pel de evangelizar, deve-se a dom Hélder e a outros líderes como dom Paulo Evaristo Arns e dom Vital".

O senador lembrou que o religioso foi o primeiro secretário-geral (entre 1952 e 1962) da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), entidade que se notabilizou pelas lutas em prol da justiça social. Ao mesmo tempo em que ajudava a criar a CNBB, disse, dom Hélder provocava a organização da Conferência Episcopal Latino-Americana, da qual foi vice-presidente e delegado do Brasil de 1958 a 1964.

José Jorge registrou também a influência de dom Hélder naquele que é considerado o maior evento católico deste



José Jorge: "Corajoso, questionador, polêmico e pacificador"

século: a realização do Concílio Vaticano II, convocado pelo papa João XXIII.

Em aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lamentou que a morte de dom Hélder não tenha sido tão sentida quanto a de esportistas famosos:

— Dom Hélder é um patrimônio moral e ético do Brasil e tem gente que nem sabe que ele morreu — disse Simon, para quem o país está sem líderes que lhe sirvam de referência.

Na opinião do senador Ramez Tebet (PMDB-MS), é uma ironia que o arcebispo de Olinda e Recife tenha morrido justamente no momento em que se discutem no Brasil políticas contra a fome e a miséria.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h55 — *Senado em Pauta*  
7h — *Saúde Todo Dia* — Ciclismo  
7h30 — *Especial Unip* — A Física  
8h — *Jornal do Senado*  
8h25 — *Senado em Pauta*  
8h30 — *Entrevista* — A senadora Luzia Toledo fala sobre o sistema prisional nacional  
8h55 — *Senado em Pauta*  
9h — Sessão Plenária (ao vivo)  
12h30 — *Entrevista* — Senadora Luzia Toledo  
13h — *Cores do Brasil* — Sergipe  
13h30 — *Consulta Marcada* — O psiquiatra Antônio Geraldo da Silva aborda o tema estresse  
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)  
19h30 — *Especial* — Símbolos nacionais  
20h — *Cores do Brasil* — Pernambuco  
20h30 — *Entrevista* — Senadora Luzia Toledo  
21h — *Jornal do Senado*  
21h25 — *Senado em Pauta*  
21h30 — *Consulta Marcada* — Estresse

22h30 — *Espaço Cultural* — Zeca Baleiro

23h — *Cores do Brasil* — Diamantina

23h30 — *Entrevista Especial* — O cardiologista Adib Jatene fala sobre o infarto

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h — *Agenda Senado*  
Em seguida — Música e informação  
9h — Sessão Plenária do Senado (ao vivo)  
Em seguida — Música e informação  
14h30 — Sessão Plenária do Senado (reprise)  
Em seguida — Música e informação  
19h — *A Voz do Brasil*  
Em seguida — Música e informação  
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste  
Em seguida — Música e informação  
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste  
Em seguida — Música e informação  
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste  
Em seguida — Música e informação

Maldaner lembra o potencial de geração de empregos do setor



## Maldaner pede maior incentivo do governo à pesca

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) conclamou ontem o governo a incentivar a pesca no Brasil, em função de seu potencial como alimento, produto de exportação e gerador de empregos. "Ao transferir as atividades pesqueiras do Ministério do Meio Ambiente para o da Agricultura, o governo abriu novas perspectivas para o setor", enfatizou.

Segundo Maldaner, não é possível aceitar uma produção pesqueira correspondente a 0,2% da mundial, quando o país tem uma costa marítima de 8.400 quilômetros e 3 milhões de quilômetros quadrados em sua Zona Econômica Exclusiva no Oceano Atlântico. "O nível de emprego direto no setor pesqueiro é de apenas 5 mil trabalhadores. Com as metas traçadas pelo novo Departamento de Pesca e Aquicultura (DPA), pode-se chegar a 20 mil, em 2002", garantiu.

Maldaner lembrou que os brasileiros "são excelentes para produzir papel, estudos e traçar metas", mas muito falhos em implementar o que foi concebido. "Minha expectativa com o novo departamento é a melhor possível. Espero que seus planos não acabem relegados aos arquivos empoeirados da burocracia estatal."

Segundo explicou o senador por Santa Catarina, o DPA pretende formar mão-de-obra especializada, através de transferência de tecnologia, e constituir uma frota pesqueira de alto mar, mediante parceria com empresas de países mais desenvolvidos no setor da pesca. "Essa estratégia será facilitada pela nova legislação brasileira que facilita estabelecimento de empreendimentos conjuntos, as chamadas *joint-ventures* e o arrendamento de embarcações por empresas brasileiras."

Casildo Maldaner acredita que esse seja o caminho para impedir casos como o da indústria pesqueira de sua região, Itajaí (SC), obrigada a importar sardinha da Mauritânia e do Marrocos para enlatar em Santa Catarina. "Só no ano passado importamos mais de 170 milhões de quilos de bacalhau e, nesse ano, aumentamos a compra de pescados do Chile e do Uruguai", concluiu.

# Tebet vê Centro-Oeste discriminado

Senador protesta contra destinação à região de apenas 9,7% dos investimentos previstos para os próximos quatro anos pelo Plano Plurianual anunciado pelo governo federal

A distribuição de verbas prevista no Plano Plurianual de Investimentos (PPA) do governo federal foi criticada ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS). Segundo o senador, do R\$ 1 trilhão previstos para serem investidos nos próximos quatro anos, apenas 9,7% serão destinados à região Centro-Oeste. O Sudeste ficará com 32,7%; o Nordeste, com 24,6%; o Sul, com 21%; e o Norte, com 12%. "O Centro-Oeste está sendo discriminado", disse Tebet.

Em aparte, o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) informou que nos



Ramez Tebet fez sérias restrições à atual política econômica

Estados Unidos o custo dos transportes embutido nos produtos rurais é de apenas 4% contra 15% no Centro-Oeste brasileiro. Segundo o senador, se a região não receber recursos para investir em transportes ficará bastante prejudicada. Pinheiro pregou a união dos parlamentares do Centro-Oeste em uma frente de luta.

O discurso de Tebet também foi apertado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que descreu as promessas feitas pelo presidente Fer-

nando Henrique Cardoso por meio do Plano Plurianual.

— Este PPA deve ser traduzido como "Promete, Porém Adia" — comentou Valadares.

Tebet fez sérias restrições à política econômica, responsável, no seu entendimento, pela estagnação e o desemprego. Conforme o senador, até o governo está dividido acerca da possibilidade de se retomar o desenvolvimento mantendo ao mesmo tempo a estabilidade da moeda. O parlamentar disse estranhar que o presidente fale em desenvolvimento enquanto o ministro da Fazenda, Pedro Malan (com quem Tebet e outros senadores jantaram na terça-feira), insiste na rigidez da política monetária.

## Valadares coloca em dúvida o sucesso do PPA

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) mostrou-se pessimista com o sucesso do Plano Plurianual de Investimentos (PPA), lançado pelo governo federal, advertindo que, se as autoridades econômicas não mudarem a atual política econômica, baixarem os juros para patamares aceitáveis e reverem a amortização da dívida externa, o plano poderá ser um fracasso e causar sérias frustrações na sociedade brasileira.

De acordo com o senador, o presi-

dente da República "colocou uma pá de cal" no PPA, após informar que a política econômica do governo não iria mudar. A seu ver, o plano, que prevê investimentos da ordem de um R\$ 1 trilhão em vários setores, principalmente nas áreas sociais, é inexecutável e não apresenta propostas realistas.

Segundo Valadares, o presidente Fernando Henrique Cardoso resolveu anunciar "com muito estardalhaço", um programa destinado a escamotear a



Antonio Carlos Valadares considera plano "inexecutável"

luta da sociedade e das oposições por investimentos sociais.

Para o senador, o PPA poderia abrir novas perspectivas para a população, caso fosse acompanhado de medidas destinadas a mudar a conjuntura econômica do país, diminuindo as taxas de juros bancárias e revendo a amortização anual da dívida externa.

## Dutra quer Senado ativo em relação a estados

O problema do endividamento estadual levou ontem o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) a pedir que o Senado participe de forma mais ativa na solução das questões que interessam aos estados e à Federação.

— Não podemos ficar como meros espectadores. É por causa da posição omissa do Senado que chegamos a esta



José Eduardo Dutra critica omissão

situação — disse Dutra.

Ele assinalou o papel importante que tem nesse processo a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que está realizando reuniões com os governadores para debater maneiras de aliviar a carga do endividamento. Mas o senador lamenta que os senadores ainda estejam aprovando leis como a que prevê a concessão

de empréstimos — a juros de mercado — aos estados, como compensação por perdas causadas pela contribuição ao Fundo Nacional para o Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef).

Dutra lembrou outros acordos que considera prejudiciais aos estados, como o da Lei Kandir, em função da qual os estados abriram mão de receitas de impostos na expectativa de que o país aumentaria suas exportações, o que acabou não ocorrendo.

## Luzia Toledo condena estereótipos sobre mulher

Preocupada com os estereótipos que situam a mulher em plano inferior na sociedade, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) afirmou ontem que não basta aumentar a participação feminina nos cargos de mando. "É preciso operar uma verdadeira revolução no senso comum, de modo que a maior participação das mulheres na política contribua, de fato, para fazer avançar o desenvolvimento humano no Brasil", analisou ela.

Exemplificando essa situação desigual, a senadora observou que, se esti-

ver no comando de uma política que venha a falhar, a mulher não é questionada em sua capacidade. O que prevalece é o estereótipo das frases do tipo "esperar o que de uma mulher?", afirmou ela. Pedindo uma reflexão dos senadores para mudar esse quadro, ela apontou estatísticas da região metropolitana de São Paulo para demonstrar que o salário das mulheres ali corresponde a 63% do que ganham os homens.



Luzia defende "revolução no senso comum"

E analisando a participação da mulher na política, Luzia Toledo disse que, na década de 30, havia no Brasil apenas duas deputadas federais. Hoje, quando aparentemente é maior a presença feminina entre os três poderes da República, a senadora observou que elas ainda estão muito aquém de uma mínima proporcionalidade, pois apenas 5,9% das vagas do Legislativo são ocupadas por mulheres.

Romero Jucá admitiu não ter posição formada sobre o projeto



## Jucá propõe audiências sobre legalização dos jogos de azar

O senador Romero Jucá (PSDB-RR), relator do projeto que determina a reabertura dos cassinos e a legalização dos jogos de azar, anunciou ontem que irá propor a realização de audiências públicas sobre o tema, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde a matéria tramita. "Pretendo abrir um amplo debate para tratar dessa questão, que considero das mais polêmicas", afirmou.

Ele admitiu que ainda não tem opinião formada sobre o projeto, já aprovada na Câmara e nas comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

O relator afirmou que irá propor ao senador Osmar Dias (PSDB-PR), presidente da CAS, que sejam convidadas personalidades representativas dos diversos setores da sociedade, "tanto os que apóiam quanto os que condenam a legalização", para participar das audiências públicas.

Segundo o senador, entre os argumentos mais citados pelos defensores do projeto estão a capacidade de gerar empregos, o fortalecimento do turismo interno e o aumento da arrecadação de impostos. Entre os opositores, as principais preocupações são a possibilidade do uso de cassinos para a lavagem de dinheiro obtido através do tráfico de drogas e armas e a desagregação familiar causada pelo vício.

Em aparte, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) manifestou seu apoio ao projeto e lembrou a existência de uma proposta do apresentador de televisão Carlos Massa, o Ratinho, quando deputado federal, favorável à construção de cassinos na região do Polígono das Secas, a exemplo do que aconteceu em regiões áridas dos EUA.

Já a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) antecipou que votará contra o projeto, mas elogiou a proposta de realização das audiências públicas. A senadora esclareceu que sua principal preocupação é com as famílias.